

Veja, no esquema a seguir, as principais características desses dois partidos.



O Golpe da Maioridade foi promovido por membros do Partido Liberal, motivo pelo qual esse grupo político predominou no início do governo de D. Pedro II.

A primeira tarefa de D. Pedro II em seu reinado foi estabelecer o equilíbrio entre liberais e conservadores. As disputas políticas desses grupos, que se alternavam no poder, dificultavam as decisões importantes para o crescimento econômico e o desenvolvimento social do país.

Pouco depois de assumir o cargo, o Imperador convocou eleições para compor a Câmara dos Deputados. Liberais e conservadores não se limitaram ao confronto nas urnas. O processo eleitoral foi marcado por grande violência e inúmeras fraudes, o que lhe rendeu o título de "eleições do cacete" (1840). O resultado garantiu a vitória aos liberais. A polêmica envolvendo a eleição fraudulenta levou D. Pedro II a utilizar o Poder Moderador para anular o resultado e nomear um novo ministério, composto exclusivamente de conservadores.

O novo ministério tomou medidas voltadas à centralização do poder político na figura do Imperador, restaurando definitivamente o Conselho de Estado e aprovando a reforma do Código de Processo Criminal.

Como resposta ao poder concedido por D. Pedro II ao Partido Conservador, os membros do Partido Liberal, liderados pelo ex-regente Feijó e por Teófilo Ottoni, promoveram, em 1842, uma série de revoltas nas províncias de São Paulo e Minas Gerais. Entre suas reivindicações, estavam a dissolução do ministério conservador e a deposição dos presidentes de província nomeados por D. Pedro II. Em pouco tempo, as tropas imperiais conseguiram acabar com a revolta, prendendo seus líderes.

## Parlamentarismo

Diante das disputas entre os liberais e os conservadores e da impossibilidade de controlar os descontentamentos em diversas regiões do Império, em 1847, foi instituído no Brasil o regime de governo denominado **parlamentarismo**, baseado no modelo inglês.

O parlamentarismo estabelecido no Brasil foi denominado "parlamentarismo às avessas", pois funcionava com uma lógica contrária ao parlamentarismo inglês. O imperador D. Pedro II nomeava o presidente do Conselho dos Ministros, também

No **parlamentarismo** inglês, ocorrem eleições para o Parlamento e o partido político que obtiver a maioria dos votos indica o primeiro-ministro. Cabe ao primeiro-ministro administrar as questões políticas. O rei tem uma atuação diplomática.

chamado de Gabinete, que passava a ocupar cargo semelhante ao do primeiro-ministro. O presidente do Gabinete e o Imperador nomeavam os membros do Gabinete. Somente então eram convocadas eleições, nas quais se garantia, muitas vezes pela fraude, que o partido dos membros do Gabinete, Liberal ou Conservador, obtivesse maioria na Câmara dos Deputados.

O parlamentarismo brasileiro ainda estava sujeito ao Poder Moderador, que permitia ao Imperador depor o presidente do Conselho dos Ministros a qualquer momento.

## Revolução Praieira

A chamada Revolução Praieira, ocorrida em Pernambuco no ano de 1848, foi um movimento popular que questionava a concentração de terra e de renda, bem como a miséria em que viviam as camadas populares.

Quando a cana-de-açúcar deixou de ser a principal fonte de lucros, o governo federal perdeu o interesse pela região e, conseqüentemente, os problemas foram ampliados. Dessa forma, desde 1844, Pernambuco era palco de constantes manifestações sociais. Muitas dessas manifestações eram contra os comerciantes portugueses, que tinham vantagens na região.

A Revolução Praieira deve seu nome ao jornal *Diário Novo*, localizado na Rua da Praia, em Recife. Ele era o principal veículo de propaganda do Partido Liberal na província.

Com o objetivo de conter as manifestações, o governo imperial substituiu os liberais que estavam no governo da província pelos conservadores, acirrando ainda mais os ânimos dos "praieiros".

Em janeiro de 1849, foi publicado um documento revolucionário elaborado por Borges da Fonseca. O intitulado *Manifesto ao mundo* defendia o direito ao voto livre e universal, a liberdade de imprensa, a extinção do Poder Moderador, maior autonomia às províncias e o fim do monopólio português no comércio.

Embora apresentassem alguns pontos de caráter socialista, possivelmente um reflexo dos movimentos sociais ocorridos na França no ano de 1848, os "praieiros" não manifestavam nenhum questionamento em relação ao trabalho escravo.

Panorama da cidade de Recife, palco da Revolução Praieira

HAGEDORN, Friedrich. *Panorama do Recife*. 1855. 1 litografia, color., 13,5 cm x 46 cm. Museu do Estado de Pernambuco. Detalhe.  
©Museu do Estado de Pernambuco



A repressão imposta pelo governo imperial aos revolucionários de Pernambuco marcou a consolidação da aristocracia rural no comando da política brasileira.

A década de 1850 foi o auge da política do Império a serviço da elite, mantendo as classes populares à margem e consolidando um modelo econômico escravocrata e agroexportador cafeeiro.



### Organizando a história

A respeito da Revolução Praieira, ocorrida em 1848 em Pernambuco, analise as afirmativas e marque **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas.

- (V) Teve como uma de suas causas o abandono que sofreu o Nordeste após a cana-de-açúcar deixar de ser o principal produto da economia brasileira.
- (F) Apesar da permanência do trabalho escravo em Recife, havia igualdade de condições materiais e de trabalho entre os habitantes urbanos.
- (F) O *Manifesto ao mundo* pregava a igualdade social e clamava pela abolição do trabalho escravo.
- (V) O principal veículo de propaganda do Partido Liberal na província era o jornal *Diário Novo*.
- (F) A Revolução Praieira pode ser apontada como um movimento regional causado por políticas federais.

## Economia 4 Aprofundamento de conteúdo para o professor.

A emancipação política do Brasil em 1822 não garantiu ao país avanços ou mudanças na economia. Durante o século XIX, ainda predominavam as mesmas características econômicas – agrícola, latifundiária, exportadora e baseada na mão de obra escrava.

 A partir de 1840, o **café** passou a ser a grande riqueza de exportação. Com os ganhos obtidos e com os ecos de mudanças que ocorriam no mundo, o mercado interno brasileiro, apesar da manutenção do trabalho escravo, sofreu uma expansão em virtude da chegada das famílias imigrantes.

É importante lembrar que a escravidão foi um grande empecilho para o desenvolvimento do comércio interno, pois os trabalhadores escravizados não tinham condições de consumir as mercadorias produzidas e comercializadas internamente.

As lavouras de café foram expandidas pelo Vale do Rio Paraíba e pelo Oeste Paulista. A terra de cor avermelhada propiciou o desenvolvimento das fazendas e os portos do Rio de Janeiro e Santos escoavam a produção.

---

O **café**, originário da Etiópia, foi levado para a Península Ibérica pelos árabes. Durante o século XVIII, os franceses trouxeram as primeiras mudas para a América (Guiana Francesa). Em 1727, Francisco de Mello Palheta trouxe mudas para o Brasil. Elas foram plantadas em Belém. No final do século XVIII, o café passou a ser plantado no Rio de Janeiro e, durante o Período Joanino, início do século XIX, se expandiu pela Província do Rio de Janeiro, atingindo Angra dos Reis e Mangaratiba.

---



Observe, abaixo, como estavam divididas as lavouras de café no interior de São Paulo.

As primeiras fazendas de café foram estabelecidas no **Vale do Paraíba** (Vassouras, Valença e Barra Mansa) e apresentavam tecnologia bastante primitiva, que causava o esgotamento do solo em pouco tempo. A mão de obra escrava era utilizada em larga escala.

No interior da fazenda, eram elaborados, de forma artesanal, os instrumentos necessários à produção: rodos para a secagem do café no terreiro, sacaria, ferramentas, entre outros objetos.



ARGOLLO, André. *Arquitetura do café*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004. p. 144.

O transporte do café até o porto do Rio de Janeiro era realizado por tropas de mulas e não havia separação entre os produtores e os exportadores. Geralmente, o fazendeiro de café tinha um depósito próximo ao porto onde armazenava, comercializava e organizava a exportação do produto. A inexistência de um setor mais desenvolvido impedia uma exportação mais lucrativa.

A produção de café no Rio de Janeiro teve seu apogeu por volta de 1850 e iniciou seu declínio a partir de 1870. Os grandes fazendeiros eram também os membros integrantes da Corte, ministros e pessoas ligadas às decisões políticas. O fato de os fazendeiros da Corte necessitarem de mão de obra contribuiu para que a escravidão se estendesse até 1888 no Brasil.

©Viagem Pitoresca através do Brasil



Para o estabelecimento das fazendas de café, foi necessário desmatar parte da Mata Atlântica. Na obra de Rugendas, é possível observar, ao fundo, o morro do Pão de Açúcar.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Colheita de Café na Tijuca*. 1835. 1 litografia, color., 35,5 cm x 51,3 cm. Coleção particular.